



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ANTÔNIO GARCIA FILHO
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

RAPHAEL CARDOSO MORGADO

PERFIL DE USUÁRIOS/AS DE UM AMBULATÓRIO TRANSEXUALIZADOR
QUANTO ÀS OCUPAÇÕES EDUCACIONAIS E LABORAIS

LAGARTO/SE - 2023

RAPHAEL CARDOSO MORGADO

**PERFIL DE USUÁRIOS/AS DE UM AMBULATÓRIO TRANSEXUALIZADOR
QUANTO ÀS OCUPAÇÕES EDUCACIONAIS E LABORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de Sergipe, Campus
Professor Antônio Garcia Filho, como parte das
exigências para obtenção do título de bacharel
em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Aiache Menta

LAGARTO/SE - 2023

RESUMO

Sabe-se que a população transgênero historicamente sofre com diversos preconceitos, violências e violações de direitos devido às suas particularidades identitárias, nas últimas duas décadas, a atenção à saúde das pessoas transgênero vem ganhando espaço na estrutura das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS). A terapia ocupacional se enquadra como profissão que visa à garantia da justiça ocupacional, tendo como propósito possibilitar a participação social dos distintos sujeitos. Essa pesquisa busca compreender o processo de acesso e permanência escolar, e consequente inserção laboral dos usuários de um ambulatório transexualizador na perspectiva da justiça ocupacional. Trata-se de uma pesquisa retrospectiva, descritiva com a análise de dados secundários. Foram coletados dados de 109 usuários/as que foram atendidos pela Terapia Ocupacional no período de junho de 2018 a junho de 2022. O perfil dos usuários/as traçado se configura por mulheres transgênero, menores de 30 anos, com predomínio de educação formal até o ensino médio completo, trabalhando de maneira informal e tendo como principal local de estressores vivenciados, a escola. As restrições ou interrupções ao acesso escolar e laboral de pessoas transgênero ainda persistem, visto que boa parte dos indivíduos deste estudo ainda carecia de maiores níveis de escolaridade. Constata-se certa dissonância com a realidade apresentada tendo em vista os pressupostos da justiça ocupacional, que defende o acesso diferenciado às oportunidades e recursos e à participação em ocupações significativas de interesse individual ou coletivo, independente de idade, habilidade, classe social ou outras diferenças.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Pessoas Transgênero, Ocupação Laboral, Contexto Social, Participação Social.

ABSTRACT

It is known that the transgender population historically suffers from various prejudices, violence and violations of rights due to their identity particularities, in the last two decades, the health care of transgender people has been gaining space in the structure of public policies of the Unified Health System. Occupational therapy fits as a profession that aims to guarantee occupational justice, with the purpose of enabling the social participation of different subjects. This research seeks to understand the process of access and permanence in school, and the consequent labor insertion of users of a transsexualizer outpatient clinic from the perspective of occupational justice. It is a retrospective, descriptive research with the analysis of secondary data. Data were collected from 109 users who were attended by Occupational Therapy from June 2018 to June 2022. The profile of the user outlined is configured by transgender women, under 30 years old, with a predominance of formal education up to high school, working informally and having the school as the main place of experienced stressors. Restrictions or interruptions to transgender people's school and work access still persist, since most of the individuals in this study still lacked higher levels of education. There is a certain dissonance with the reality presented in view of the assumptions of occupational justice, which defends differentiated access to opportunities and resources and participation in significant occupations of individual or collective interest, regardless of age, ability, social class or other differences.

Keywords: Occupational Therapy, Transgender People, Labor Occupation, Social Context, Social Participation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	11
3. OBJETIVOS.....	11
3.1. OBJETIVO GERAL.....	11
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
4. METODOLOGIA.....	12
5. PERFIL.....	13
6. DISCUSSÃO.....	16
7. CONSIDERAÇÕES.....	20
8. REFERÊNCIAS.....	22
9. ANEXO.....	26

PERFIL DE USUÁRIOS/AS DE UM AMBULATÓRIO TRANSEXUALIZADOR QUANTO ÀS OCUPAÇÕES EDUCACIONAIS E LABORAIS.

PROFILE OF USERS OF A TRANSEXUALIZER OUTPATIENT CLINIC IN REGARD TO EDUCATIONAL AND WORK OCCUPATIONS.

1. INTRODUÇÃO

Uma sociedade justa se baseia na garantia das liberdades fundamentais e de direitos, na equidade de oportunidades e na manutenção das desigualdades apenas para beneficiar os mais desfavorecidos (RAWLS, 2016 apud. SILVA; OLIVER, 2022), e os profissionais das áreas da saúde e social devem, por obrigação ética e moral, reduzir a injustiça para com os membros da sociedade, tanto para os necessitados como para os privilegiados (TOWNSEND; MARVAL, 2013).

Assim, a Terapia Ocupacional se enquadra como profissão que visa à garantia da justiça ocupacional, tendo como propósito mediar, ou então possibilitar a participação social, intervindo nos cotidianos dos distintos sujeitos, entendendo que as privações, as faltas de acesso e a negação de direitos, tem implicação direta na constituição dos fazeres e impactam na construção de modos de viver (IRINEU et al. 2022).

Desde a época em que foi criada, no final da década de 1990 (TOWNSEND & WILCOCK, 2004a), a justiça ocupacional se tornou um conceito indispensável a ser estudado no domínio da Terapia Ocupacional (DUROCHER et al., 2014; MALFITANO et al., 2016; HAMMELL, 2017).

A justiça ocupacional pode ser entendida como o acesso às oportunidades e recursos equitativos que propiciam o engajamento dos indivíduos em ocupações que lhes sejam significativas, desejadas ou mesmo necessárias, preocupando-se com as forças econômicas, políticas e sociais que criam os meios para escolher, organizar e realizar estas ocupações (HAMMELL, 2017; HOCKING, 2017; WILCOCK & TOWNSEND, 2000); e segundo Stadnyk, Townsend e Wilcock (2010), este acesso busca identificar as diferenças individuais resultantes da biologia e da interação do ser humano com o ambiente social e físico.

O conceito de justiça ocupacional proporcionou uma nova linguagem e um conjunto de ideias, valores e crenças para explorar as situações que restringem a cidadania e a participação cotidiana (WILCOCK, 1998a, b, 2006; TOWNSEND; WILCOCK, 2004b); e propôs o

envolvimento em ocupações como um direito e uma primordialidade humana que contribui de forma positiva para a saúde e o bem-estar de indivíduos, grupos e comunidades (HAMMELL, 2017).

Diferentemente da justiça social que zela sobre a uniformidade da justiça, garantindo que todas as pessoas possuam os mesmos recursos e as mesmas oportunidades, na justiça ocupacional, o eixo está em pessoas com diferentes recursos e oportunidades em relação às suas necessidades individuais num contexto específico, considerando as particularidades de cada situação. (JONG et al. 2022). Mesmo que a justiça ocupacional não possua uma definição totalmente concluída, inteligível e aceita pelos terapeutas ocupacionais e cientistas ocupacionais do Brasil e do mundo (HAMMELL, 2017, 2020), seus termos são empregados para construir, guiar e informar suas práticas, pesquisas e produções teóricas (SILVA; OLIVER, 2022).

Tendo em vista a atuação da terapia ocupacional na justiça ocupacional e a privação de direitos das pessoas transgênero, o presente estudo faz um recorte populacional ambientado no ambulatório transexualizador de uma Universidade Federal localizada na região nordeste do Brasil. Este ambulatório foi criado em 2015, e é especializado em atender às demandas próprias das pessoas transgênero, buscando criar um campo de elaboração de estratégias e ações com o objetivo de contribuir para a humanização da atenção, a integralidade no cuidado, promovendo um atendimento livre de discriminações, enfocando a prevenção, a promoção da saúde e a assistência (COSTA et al. 2022).

A prática da terapia ocupacional, junto ao ambulatório, foi conduzida a fim de desenvolver ações de atenção à saúde da população transgênero por meio de distintas atividades como forma de mediação dos fazeres e criando, portanto, estratégias de pertencimento econômico e sociocultural, organizações do cotidiano, projetos de vida e fortalecimento das redes de suporte social que visem à emancipação e consolidação da cidadania (COSTA et al. 2022).

Levando em consideração os contextos de vida das pessoas transgênero que têm sido demarcados pela impossibilidade de viver com dignidade tendo suas formas de subjetivação, práticas e modelos de vida impostos por padrões heteronormativos, a terapia ocupacional atua junto a esta população não somente em estratégias de inclusão como também na busca por desenvolver uma prática que ultrapasse os limites do indivíduo e dimensione intervenções pautadas na estrutura social e no coletivo, contribuindo com a significação e ressignificação dos espaços públicos, institucionais e do fazer no cotidiano, promovendo experiências de acesso e de novos modos de fazer. Mais do que intervir no sentido de conceber a ampliação de

vivências nos múltiplos espaços sociais, a terapia ocupacional precisa considerar a necessidade de criação de possibilidades, porém, sem criar novos roteiros normativos sobre como uma pessoa transgênero deve ser, considerando possibilidades de escolha e pensando em estratégias de como elas podem ser concretizadas, seja nos diferentes espaços de circulação, nas relações sociais ou à respeito dos ambientes escolares e do trabalho. (MELO, 2016)

Nas últimas duas décadas, a atenção à saúde das pessoas transgênero vem ganhando espaço na estrutura das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), porém, mesmo com a inserção de novos parâmetros de acesso e tratamento vindos de novas políticas e portarias implementadas, as ações voltadas para a atenção integral de pessoas transgênero ainda são bastante precárias (IRINEU et al. 2022).

Segundo Andrade (2012), a maior parte das políticas públicas direcionadas às pessoas transgênero possuíam foco no combate à exploração sexual e na prevenção de doenças como o HIV, porém, pouco se tratava sobre políticas de inclusão na escola e no trabalho. Embora atualmente o Brasil seja considerado um país com legislação rigorosa contra a homofobia e o preconceito de gênero, na prática, não apresenta bons índices de inclusão desse grupo minoritário no mercado de trabalho (BAPTISTA, 2017).

Pensa-se na população transgênero a partir de sua situação de invisibilidade, violência e vulnerabilidade, mas o tema é pouco abordado na perspectiva de acesso a direitos, como à educação ou ao trabalho (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

O espaço escolar criado para ser um ambiente de pensamento crítico-reflexivo, socialização, utilizado para o aprendizado livre de valores formados por conceitos morais e religiosos, se apresenta longe dos interesses dos jovens, reduzido a um cotidiano fastidioso, torna-se cada vez mais uma obrigação necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas, trazendo à tona a reflexão sobre a real proposta dessa instituição (AGUIAR; FREITAS; OLIVEIRA, 2015; DAYRREL, 2007).

A atual conjuntura de ensino é pautada em noções de naturalidades de gênero e sexualidade, com a presença de um discurso opressor de gênero, tornando a escola um lugar de discriminação e preconceito fazendo com que jovens de identidades transgêneras sejam estigmatizados/as; por vezes a permanência das pessoas transgênero no ambiente escolar é perpassada por diferentes situações de violência, sendo alvos de um sistema social patriarcal, sexista e transfóbico, com valores pré-definidos, no qual a diversidade continua sendo

preterida e o modelo heteronormativo se impõe como o único possível e legítimo. (AGUIAR; FREITAS; OLIVEIRA, 2015)

Por conta da baixa escolaridade, o acesso da população transgênero ao mercado de trabalho também torna-se mais restrito, pois sem conseguir permanecer na escola, as pessoas transgênero muitas vezes não conseguem a qualificação e instrução necessária para concorrer às vagas de empregos (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

A reprodução da vida humana efetua-se pelo trabalho, e é a partir dele que o indivíduo torna-se um ser social e diferencia-se de todas as categorias não humanas (MARX, 1978 apud. DE SOUZA, 2020).

O trabalho é considerado um direito social, entretanto, em virtude dos padrões sócio-culturais que constituem as identidades transgêneras como desviantes e inferiores em detrimento a outros legitimados socialmente, essa população tem grande dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, começando pela invisibilidade ligada à ignorância quanto ao significado de identidade de gênero, que prejudica não só a compreensão dos problemas específicos das pessoas transgênero, como também o reconhecimento de sua existência, e consequentemente favorecendo sua rejeição e o preconceito (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

De acordo com Almeida, Vasconcellos (2018), as pessoas transgênero não são vistas como mulheres e homens “verdadeiros”, encontrando resistências para acessar e permanecer no mercado de trabalho.

As faltas de oportunidades relegam as pessoas transgênero a empregos informais, precarizados e a realização de atividades autônomas, seguindo a lógica do empreendedorismo, que incluem desde a prestação de serviços como: esteticista, manicure, cabeleireiro/a, entre outras, até atividades socialmente consideradas marginalizadas como: tráfico de drogas e prostituição (DE SOUZA, 2020).

Conforme Almeida, Vasconcellos (2018), a dificuldade de alteração do nome, por meio judicial no registro civil, e a exigência deste e do certificado de reservista (no caso de mulheres transgênero), bem como o desrespeito quanto ao uso do nome social; os impedimentos de utilizarem banheiro, vestiário ou uniforme em conformidade com sua identidade de gênero; e em virtude de muitas serem imediatamente reconhecidas enquanto transgênero por apresentarem peculiaridades no corpo, na voz e maneirismos, as pessoas transgênero encontram barreiras no acesso ao mercado de trabalho, pois quanto mais longe de um ideal hetero-cis-normativo, mais dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.

Este estudo, portanto, pretende compreender o processo de acesso e permanência escolar, e conseguinte inserção laboral da população transgênero através dos dados apresentados na anamnese de terapia ocupacional dos/as usuários/as atendidos no acolhimento realizado por terapeutas ocupacionais, discutindo também a questão dos direitos ocupacionais e o papel da terapia ocupacional junto à população transgênero, no intuito de propiciar conhecimento científico que corrobore com a proteção dos direitos das pessoas transgênero e com a defesa do campo de atuação da profissão de terapia ocupacional.

2. JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa tem como propósito um melhor aprofundamento no cotidiano da população transgênero sob o ponto de vista da Terapia Ocupacional e proporcionar uma melhor compreensão do processo de acesso e permanência escolar e inserção laboral, almejando melhor conhecimento científico acerca das vivências dos mesmos a partir de uma experiência prática e fomentando discussões em ambientes acadêmicos sobre as especificidades e particularidades dos mesmos.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Compreender o processo de acesso e permanência escolar e conseguinte inserção laboral dos/as usuários/as do ambulatório transexualizador na perspectiva da justiça ocupacional.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Traçar o perfil do grupo atendido no acolhimento da Terapia Ocupacional de julho de 2018 a julho de 2022 quanto aos aspectos escolares e do trabalho.
- Discutir a questão dos direitos ocupacionais relacionados aos preconceitos e violências sofridos pelo grupo estudado nos ambientes escolar e laboral.
- Analisar as habilidades e competências, relacionadas aos projetos de vida e expectativas e necessidades.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa se volta a entender o cotidiano das pessoas transgênero e o processo de transição quanto às ocupações de educação e trabalho, e dessa maneira se caracteriza como uma pesquisa retrospectiva, transversal descritiva com a análise de dados secundários obtidos de uma entrevista semi-estruturada chamada de Anamnese da Terapia Ocupacional (Anexo I), utilizada nos atendimentos realizados pela Terapia Ocupacional no ambulatório, que se caracteriza como uma ficha de registro específica que busca se aproximar e conhecer o cotidiano dos sujeitos e contém os seguintes tópicos: identificação, composição familiar, condições socioeconômicas, expectativas e motivações, dados específicos, habilidades e competências, lazer, estressores ambientais e sociais (violências e preconceitos), projetos de vida e expectativas e necessidades.

A coleta destes dados foi realizada em duas etapas, na primeira, foi feita a tabulação dos dados contidos nas fichas de anamnese da Terapia Ocupacional utilizando o programa google planilhas, no qual também foram efetuados os devidos cálculos quantitativos e percentuais; e na segunda etapa, realizou-se a análise dos dados tabulados separando os conteúdos pertinentes a partir dos registros presentes. Os conteúdos foram categorizados segundo cinco núcleos temáticos. Assim, para a análise foram selecionadas as respostas obtidas da anamnese nos itens condições econômicas como trabalho e escolaridade, e nos itens específicos como habilidades e competências, estressores ambientais e sociais e projetos de vida.

Foi incluída nessa pesquisa toda pessoa transgênero binária e não-binária com idade média de 18 a 50 anos que estava vivenciando o processo transexualizador e que teve acompanhamento ou pelo menos um atendimento pela Terapia Ocupacional durante o período de julho de 2018 a julho de 2022 e que continham os dados sobre gênero, idade, escolaridade e trabalho. Essa pesquisa está autorizada conforme a resolução 466/2012 do CNS sob o CAAE: 43127521.5.0000.5546.

5. PERFIL

Foram coletados dados de 109 usuários/as no período de junho de 2018 a junho de 2022. Em 2018 totalizaram 21 usuários/as (19,3%); em 2019, 6 usuários/as (5,5%); no ano de 2020, 18 usuários/as (16,5%); em 2021, 33 usuários/as (30,3%); aqui vale ressaltar que de março de 2020 até setembro do mesmo ano, os atendimentos presenciais foram suspensos em consequência da pandemia do Covid-19 e que os dados de 2022 foram até o mês de junho em que 31 usuários/as (28,4%) que foram atendidos pela Terapia Ocupacional.

Idade

Dos/as 109 usuários/as que responderam ao item idade, foi possível obter uma média aritmética total de 26,3 anos, sendo esta média de 27,4 para mulheres transgênero, 24,9 para travestis, 25,6 para homens transgênero e 23,2 para não-binários, dos quais 62 (56,9%) usuários/as estão na faixa etária de 18 a 25 anos; 42 (38,5%) usuários/as estão na faixa etária de 26 a 40 anos; e 5 (4,6%) usuários/as com idade maior que 40 anos.

Identidade de gênero

Quando questionados/as sobre sua identidade de gênero, 53 (48,6%) se autodeclararam mulher transgênero; 7 (6,4%) travesti; 44 (40,4%) homem transgênero; e 5 (4,6%) não-binário.

Escolaridade

Em relação à escolaridade, as 109 pessoas (100%) responderam, sendo que: 10 (9,2%) possuem o ensino fundamental incompleto, 4 (3,7%) o ensino fundamental completo, 11 (10,1%) o ensino médio incompleto e 49 (45%) ensino médio completo. No que se refere ao nível de escolaridade superior, 29 (26,6%) possuem ensino superior incompleto e 6 (5,5%) o ensino superior completo.

Trabalho

Em relação ao trabalho, 65 (59,6%) usuários/as responderam que têm algum tipo de trabalho e 44 (40,4%) afirmaram não ter nenhuma ocupação laboral no momento da anamnese.

Quanto à formalidade do trabalho, 22 (33,8%) afirmaram que suas ocupações laborais estão dentro das leis trabalhistas e 43 (66,2%) usuários/as relataram que trabalham de maneira informal, ou seja, sem vínculo trabalhista.

Os trabalhos desempenhados por esses/as usuários/as são os mais variados: entre os que trabalham com carteira de trabalho assinada, 6 deles são funcionários públicos, outros

trabalham em academia, supermercado, fábricas, posto de gasolina, marketing digital, supervisor de loja, analista de gráficos, professor, assistente administrativo e cuidador de crianças.

Entre os que têm vínculos informais de trabalho, os que mais se destacam são trabalhos em vendas, diarista, cozinheiro, entregador, serviços gerais em lanchonete, auxiliar de garçom e artista. Outros citados foram: estagiário, empresário, organizador de eventos, tatuador, trabalho na área da estética e beleza e 4 usuários/as afirmaram serem trabalhadores/as do sexo.

Porém, o que mais chama a atenção são atividades laborais como: trabalhador em usina de cana de açúcar, casa de farinha, servente de pedreiro, feirante e “bicos”, que tratam de trabalhos que além de informais são sazonais; e outros com trabalhos tidos como “invisíveis”, em telemarketing e empacotador de alimentos em estabelecimentos alimentícios.

Estressores Ambientais e Sociais

Quando questionados/as sobre estressores ambientais e sociais (violências e preconceitos) já vividos por eles/as, dos 109 usuários/as do total da pesquisa, 98 usuários/as (89,9%) relataram a presença ou ausência de estressores, e destes, 43 (43,9%) afirmaram que já viveram ou vivem situações de violência em ambientes de estudo e/ou trabalho e 55 (56,1%) dos/as usuários/as afirmaram que nunca viveram situações estressantes nos ambientes escolar ou de trabalho.

Sendo que dos/as 43 usuários/as que afirmaram a presença de preconceito e/ou violência, 34 especificaram os lugares onde estes ocorreram ou ocorrem, dos quais são a escola com 64,7%, o trabalho com 32,4% e 2,9% responderam que aconteceram em ambos os lugares.

Habilidades e Competências

Dentre as várias habilidades e competências, algumas das principais que foram relatadas, certas delas concomitantes, ou seja, com mais de uma resposta, foram:

A gastronomia que foi relatada por 34 usuários/as como habilidades e competências que possuem como destaque; as habilidades artísticas como interpretação, composição, canto, dança, teatro e instrumentos musicais, totalizou 19 usuários/as; 15 usuários/as afirmaram possuírem habilidades manuais (costura, bordado, bijuterias); habilidades em cuidados estéticos foram citados por 17 usuários/as; 12 destacaram cuidar de pessoas, plantas e animais como habilidades que possuem; ainda, 12 usuários/as citaram habilidades em desenhos, 11 em comunicação, 9 em vendas e 5 usuários/as afirmaram habilidades em ciências exatas.

Outras habilidades e competências foram: limpeza com 7 respostas, idiomas com 6, tecnologia com 6 respostas e também escrever poesias com 7 usuários/as respondendo como uma habilidade dentro de suas competências.

Muitos descreveram suas habilidades e competências voltadas às ocupações laborais, como por exemplo, pedreiro, pintor de móveis, “fazer drinks”, armar barracas, lecionar, dirigir, fotografia e radiologia; outros descreveram gostar de praticar esportes, organizar coisas, estudar e jogos.

Projetos de vida

Quanto ao item da ficha de anamnese em relação aos projetos de vida, apenas 78 (71,6%) descreveram que tem algum tipo de expectativa ou sonhos de vida quando questionados/as em relação aos estudos e ao trabalho no futuro. 35 (44,9%) usuários/as têm em seus projetos de vida a perspectiva de continuar os estudos para atingirem a estabilidade e a autonomia financeira no futuro; e 29 (37,2%) relataram projetos de vida relacionados ao trabalho, e a possibilidade de exercerem uma atividade laboral com carteira de trabalho assinada ou conseguirem constituir o próprio negócio. Apenas 14 (17,9%) usuários/as relataram que suas expectativas em relação a projetos de vida incluíam os estudos e o trabalho para alcançarem seus sonhos de concretizar uma vida feliz.

6. DISCUSSÃO

Inicialmente, levando em consideração usuários/as acolhidos no ambulatório transexualizador de 2018 a 2022, foi obtido um grupo de 137 pessoas transgênero. Destes, foram identificados um número de 109 usuários que obedeceram aos critérios de inclusão do presente estudo, passando a configurar a população analisada nesta pesquisa.

Logo, o perfil do/a usuário/a que foi atendido pela Terapia Ocupacional no ambulatório se configura, principalmente, por mulheres transgênero, menores de 30 anos, com predomínio de educação formal até o ensino médio completo, trabalhando de maneira informal e tendo como principal local de estressores vivenciados, a escola.

Foi possível perceber que a grande maioria das pessoas desta pesquisa (82,6%) têm idade inferior a 30 anos. O que corrobora com alguns estudos que protagonizam a população transgênero, e mostram que as pessoas transgênero têm uma média etária mais baixa que as pessoas cisgênero, e no Brasil, devido ao alto índice de violência transfóbica, a expectativa de vida desses indivíduos tende a ser menor, cerca de 35 anos (ANTRA, 2022).

Observou-se nesta pesquisa, que a maioria das pessoas transgênero (77,1%) possuía nível médio ou superior de escolaridade, o que diverge dos estudos feitos por Silva (2016), que apontam a maioria desta população com nível de escolaridade médio ou inferior nas ONGs de sua pesquisa, tendo em vista a violência que ocorre com as pessoas transgênero no acesso às instituições educativas, que quando somado à falta de apoio familiar e à transfobia que vivenciam em seu cotidiano, tende a aumentar os índices de evasão escolar dessa população. Porém, se assemelha ao perfil de escolaridade traçado por Dos Reis e Santos (2021) em seu estudo feito em outro ambulatório transexualizador. Fato que pode ser explicado justamente por serem as pessoas que possuem maiores níveis de escolaridade, as mesmas que dispõem do entendimento da tecnologia e do acesso às informações necessárias para conseguirem tomar conhecimento do ambulatório e chegarem até ele. O que nos mostra que a depender do cenário de pesquisa (ambulatórios ou ONGs) e do método de coleta de dados (se os sujeitos vão até o pesquisador ou se o pesquisador vai até os sujeitos) empregado, este perfil pode se modificar.

Com relação ao trabalho, foi constatado que a maior parte das pessoas transgênero desta pesquisa (59,6%) possuía algum vínculo empregatício, mesmo que em sua maioria fossem informais (66,2%), dados que vão de encontro com o que foi descrito por Licciardi (2015), na qual a maioria das mulheres transgênero e travestis estavam desempregadas ou em situação de

informalidade laboral; mesmo quando estas mulheres dispunham de uma boa qualificação, manifestavam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, desde seu processo seletivo até o convívio dentro do ambiente de trabalho com seus chefes e demais funcionários; situações estas que acabam relegando esta população a busca por empregos informais, alguns considerados como “invisíveis”, por não necessitarem de contato direto com os clientes atendidos e preservarem a identidade física do trabalhador, como trabalhos realizados via internet e outros aqui identificados, como telemarketing e empacotador de supermercado.

Aparentemente há uma maior aceitação da população transgênero na indústria da estética, beleza e moda, como aponta o estudo feitos por Santos (2018), na qual a maioria das mulheres transgênero e travestis relataram que os empregos que conseguiam eram em salões de beleza, dado este que converge com os achados desta pesquisa, na qual houveram descrições tanto de trabalhos relacionados à estas áreas, quanto de habilidades auto percebidas pelos/as usuários/as.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2020) 90% das mulheres transgênero e travestis recorrem à prostituição em algum momento da vida; porém, foram encontradas poucas pessoas que afirmaram exercer este tipo de ocupação, seja pelo sentimento de vergonha vinculado a esta, ou por não mais realizá-lo no momento da entrevista. Ainda assim, como mostra Albino et al. (2021), algumas pessoas transgênero de seu estudo trabalhavam como porfissionais do sexo concomitantemente às suas atividades acadêmicas, e mesmo algumas daquelas que não, já haviam atuado em tal trabalho, ainda que possuíssem outros empregos na atualidade da entrevista.

Sabe-se que a população transgênero historicamente sofre com diversos preconceitos, violências e violações de direitos devido às suas particularidades identitárias, segundo a ANTRA (2023) 3 em cada 4 mulheres transgênero e travestis já foram vítimas de violência; o presente estudo expõe que das pessoas transgênero que relataram estressores nos ambientes escolar e de trabalho, 64,7% de 34 usuários/as que relataram que ocorreram em suas instituições educativas, concordando com Silva et al. (2016), o qual, em sua pesquisa, categorizou a escola como o segundo maior local de ocorrência de violência contra pessoas transgênero e travestis, sejam elas verbais, psicológicas ou físicas, espaço este que ao invés da inclusão e do incentivo da livre expressão, promulgam ações discriminatórias e cerceiam as vivências que fogem ao padrão vigente.

Além de aspectos relacionados à educação e ao trabalho, foram levantados dados relativos às habilidades e competências autopercebidas dos/as usuários/as, das quais, as mais relatadas

foram a gastronomia, habilidades artísticas variadas, habilidades em cuidados estéticos e habilidades manuais (costura, bordado, bijuterias). Para Perrenoud (1999) quando o indivíduo passa a mobilizar conhecimentos e capacidades, para solucionar uma situação-problema da vida real, sem ao menos dar-se conta ou planejar, então ele está utilizando a habilidade, portanto, para o autor, a habilidade constitui-se em uma série de procedimentos mentais que são processados pelo sujeito para resolver uma situação real, onde ele necessita tomar uma decisão; o mesmo autor ainda conceitua a competência como uma forma eficiente de defrontar situações similares, de modo a articular a consciência e os recursos cognitivos com saberes, informações, atitudes, capacidades, e valores, tudo isso de maneira rápida e criativa, afirmando também que as competências são construídas e adquiridas através da aprendizagem; logo, tais habilidades e competências citadas pelos/as usuário/as poderiam ser melhor exploradas e desenvolvidas, transformando-se em potenciais fatores para geração de renda independente, ou mesmo como elementos atrativos ao mercado de trabalho, favorecendo a aquisição de empregos formais.

Por fim, uma grande parcela de usuários/as deste estudo (71,6%) descreveu sobre suas metas e ambições relativas aos seus projetos de vida, sejam eles relacionados aos estudos, trabalho ou ambos. Para Damon (2008), o projeto de vida vai além de objetivos e metas pré-estabelecidas individualmente, envolve o propósito de atingir algo que é significativo também para o mundo, e são arquitetados com base nos valores morais, indicando um engajamento do indivíduo em fazer a diferença de alguma forma, a partir de suas potencialidades e seus interesses, em uma postura otimista, persistente e empreendedora. Portanto, pode-se inferir através dos dados colhidos deste grupo que mesmo com todos os fatores estressores presentes em diversos ambientes e momentos das vidas da população transgênero, estes indivíduos ainda sonham com a possibilidade de mudança positiva em seus futuros.

A partir dos dados encontrados tanto neste estudo quanto em outros que foram analisados e tendo em vista os pressupostos da justiça ocupacional, que defende o acesso diferenciado às oportunidades e recursos e à participação em ocupações significativas de interesse individual ou coletivo, independente de idade, habilidade, classe social ou outras diferenças (TOWNSEND; MARVAL, 2013), como a educação e o trabalho, discutidos nesta pesquisa, constata-se certa dissonância com a realidade apresentada, pois as restrições ou interrupções ao acesso escolar e laboral de pessoas transgênero ainda persistem, visto que boa parte dos indivíduos deste estudo ainda careciam de maiores níveis de escolaridade, encontravam-se

sem vínculo empregatício formal sofrendo com diferentes estressores nestes ambientes hostis em decorrência de suas características particulares, mesmo apresentando diversas habilidades e competências que lhes permitiriam uma possível conclusão de seus projetos de vidas almejados, portanto, tendo seus direitos intrínsecos de pertencer, ser, fazer e tornar-se através da ocupação (WILCOCK, 1998 a, b) como indivíduos de uma sociedade civil, restringidos e limitados.

7. CONSIDERAÇÕES

O campo de estudo específico em relação à escolaridade e ocupações laborais da população transgênero ainda é pouco explorado, a escassez de dados e de documentos oficiais brasileiros sobre esse tema reafirma a situação de marginalização em que estas pessoas se encontram no Brasil.

Algumas inferências podem ser feitas a partir dos resultados desta pesquisa, quanto a grande quantidade de pessoas transgênero jovens, que poderia ser explicada por estas serem de uma época com mais acesso e compreensão da tecnologia para a obtenção de informações e consequente descoberta do ambulatório transexualizador; e pelo mesmo motivo, as pessoas transgênero com maior escolaridade estão em maior número em relação às outras, pois são elas que possuem maior compreensão de como utilizar essa tecnologia e informação ao seu favor; a baixa quantidade de pessoas não-binárias, pode estar relacionada às peculiaridades dos indivíduos que se identificam desta forma, pois tipicamente não se enquadram nos padrões de gênero feminino ou masculino, portanto requerem poucas ou nenhuma mudança corporal (principal demanda do ambulatório) e por isso não estão muito presentes no ambulatório transexualizador; dentre as pessoas transgênero que trabalhavam, a maioria estava em empregos informais, isso pode decorrer da dificuldade dessa população em adquirir vínculos trabalhistas, pelo preconceito e violência que sofrem durante a vida, reduzindo suas possibilidades e fazendo-as recorrer a empregos autônomos, informais e sem seguridade para se sustentarem.

A maioria das pessoas transgênero deste estudo também relataram que nunca viveram situações estressantes, isso pode ter ocorrido pela naturalização de certas violências que ocorrem rotineiramente em seus cotidianos e passam despercebidas por serem consideradas situações “comuns”, que são legitimadas pela sociedade.

Verifica-se que apesar dos ambientes escolar e laboral apresentarem-se como locais estressantes de ocorrência de violência contra pessoas transgênero, sejam elas verbais, psicológicas ou físicas, por vezes tendo seu acesso restringido ou interrompido em diversos momentos de suas vidas, as pessoas transgênero ainda reconhecem suas habilidades e competências, persistem, e são capazes de lutar, engajando-se em projetos de vida com expectativas futuras e aspirando novas perspectivas de futuro e necessidades de mudanças de seus cenários de existência.

Assim, percebe-se a necessidade de criação de novas e efetivação das já existentes políticas públicas, assim como a disseminação de informações pertinentes nas escolas e a capacitação de profissionais de diversas áreas para a atuação com, junto e para esta população, de forma a garantir não só seus direitos ocupacionais como os demais restantes, a fim de construir uma sociedade mais justa, igualitária e diversa.

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marília Louzeiro De et al.. Questões de gênero: relações sociais dxs transexuais e barreiras enfrentadas no ambiente escolar. Anais XI CONAGES... **Campina Grande: Realize Editora**, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10825>>.

ALBINO, Manuella Santos et al. Vivências de pessoas transgênero e equipe de enfermagem na atenção à saúde: Encontros e desencontros. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 3, p. 176-199, 2021.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito GV**, v. 14, p. 303-333, 2018.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese de Doutorado. Fortaleza, **Universidade Federal do Ceará**, 2012.

ANTRA. Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2022. ANTRA/IBTE. 2023. Disponível em <<https://antrabrasil.org/>>.

ANTRA. Cartilha de Diversidade e inclusão para Shopping Centers. 2020. Disponível em <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/268184/1620922461Cartilha_Diversidade_Inclusao_Abrasce.pdf>.

BAPTISTA, João Paulo. Infográfico sobre a comunidade LGBT no mercado de trabalho. Disponível em: <<https://plataoplomo.com.br/infografico-sobre-a-comunidade-lgbt-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BARDIN, L. 1979. Análise de conteúdo. **Lisboa: Edições 70**.

COSTA, M. S.; OLIVEIRA, M. M. A. de; MELO, K. M. M. de.; MENTA, S. A. Trans ambulatory: profile of users and demands for occupational therapy. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e54711629637, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29637.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29637>. Acesso em: 9 sep. 2022.

DAMON, W. O que o Jovem quer da Vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. **São Paulo: Summus**, 2008.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

DE SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 252-275, 2020.

DOS REIS, Andreia Resende; DE CASTRO SANTOS, Miguel. Perfil sócio demográfico de usuários e usuárias do Ambulatório Especializado no Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde do Hospital Eduardo de Menezes, Belo Horizonte–Minas Gerais. **Ampla Editora**, 2021.

DUROCHER, Evelyne; GIBSON, Barbara E.; RAPPOLT, Susan. Occupational justice: A conceptual review. **Journal of Occupational Science**, v. 21, n. 4, p. 418-430, 2014.

HAMMELL, Karen Whalley. Critical reflections on occupational justice: toward a rights-based approach to occupational opportunities. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 84, n. 1, p. 47-57, 2017.

HAMMELL, Karen Whalley. Action on the social determinants of health: Advancing occupational equity and occupational rights. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 378-400, 2020.

HOCKING, Clare. Occupational justice as social justice: The moral claim for inclusion. **Journal of Occupational Science**, v. 24, n. 1, p. 29-42, 2017.

IRINEU, R. de A.; BRITO, G. de C.; MONTEIRO, H. M. C. .; PINATTI, P. .; MELO, K. M. M. de .; MENTA, S. A. Multidisciplinarity in health care for transgender people. **Research**,

Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e38011629297, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29297. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29297>. Acesso em: 9 sep. 2022.

JONG, Daniela Castro de et al. (Des) Conexões entre justiça ocupacional e justiça social: uma entrevista com Gail Whiteford e Lilian Magalhães. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 2022.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; DE OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, n. 14, p. 201-218, 2015.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; SOUZA, Rosangela gomes da mota de; LOPES, Roseli Esquerdo. Occupational justice and its related concepts: an historical and thematic scoping review. **OTJR: Occupation, participation and health**, v. 36, n. 4, p. 167-178, 2016.

MELO, Késia Maria Maximiano de. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 215-223, 2016.

MELO, Ana Carolina Birino et al. Transexualidade—desafios na adesão à terapia hormonal de usuários do ambulatório de assistência especializada para pessoas travestis e transgênero do Distrito Federal. **Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa**, 2020.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. **Porto Alegre: Artmed**, 1999.

SANTOS, Jeane Ferreira dos. A discriminação de pessoas transgênero nas relações de trabalho. 2018.

SILVA, Glauber Weder dos Santos. Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à ideação suicida em pessoas transgênero. 2016. **Dissertação de Mestrado**. Brasil.

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016.

SILVA, Ana Cristina Cardoso da; OLIVER, Fátima Corrêa. A participação social como um caminho possível para a justiça social e ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, 2022.

SOUZA, Laiz Mendes et al. Adeus ao Binário: o direito à diversidade sexual como pauta nas relações de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 349-369, 2020.

STADNYK, R.; TOWNSEND, E. A.; WILCOCK, A. Occupational justice. In: CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. A. (Ed.). Introduction to occupation: the art and science of living. 2nd ed. **Englewood Cliffs: Prentice Hall**, 2010. p. 329-358.

TOWNSEND, Elizabeth; MARVAL, Rebecca. Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?/Can professionals actually enable occupational justice?. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 21, n. 2, 2013.

TOWNSEND, E. A.; WILCOCK, A. Occupational justice and client-centred practice: a dialogue in progress. **Canadian journal of occupational therapy**, v. 71, n. 2, p. 75-87, 2004a.

TOWNSEND, E. A.; WILCOCK, A. A. Occupational justice. In: CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. A. Introduction to occupation. **Thorofare: Prentice Hall**, 2004b. p. 243-273.

WILCOCK, A. A. An occupational perspective of health. **Thorofare: Slack Inc.**, 1998a.

WILCOCK, A. A. Reflections on doing, being, and becoming. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, Thousand Oaks, v. 65, n. 5, p. 248-257, 1998b.

WILCOCK, Ann; TOWNSEND, Elizabeth. Occupational terminology interactive dialogue. **Journal of Occupational Science**, v. 7, n. 2, p. 84-86, 2000.

9. ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ANTÔNIO GARCIA FILHO
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL DE LAGARTO – DTOL
AMBULATÓRIO TRANS

ANAMNESE de TO - ENTREVISTA – Data: __/__/__

A. Identificação

Nome social: _____
Nome de registro: _____
Idade: _____ **CPF /RG** _____
Cidade: _____ **Número de telefone:** _____
Endereço: _____

1. Qual é a sua identidade de gênero? _____

Recusa ()

2. Qual sexo você foi designado no nascimento?

Masculino ()

Feminino ()

Recusa ()

B. Composição familiar

3. Tem pai ou mãe vivos? () Sim () Não - Tem Irmãos? () Sim () Não
 Como é a relação familiar?

4. Tem filhos? () Sim () Não. Quantos? _____

5. Com quem vc mora? _____

6. Qual o grau de parentesco? _____

7. Quanto tempo mora com essa pessoa? _____

C. Condições socioeconômicas

8. Trabalha? () Sim () Não () Trabalho formal () Trabalho Informal

Onde: _____

Qual o grau de escolaridade? _____

10. Já fez algum curso? () Sim () Não

Quais _____

D. Expectativas e motivações

11. Quando começou a frequentar o ambulatório? O que espera?

E. Dados específicos

12. Quais são suas habilidades e competências?

F. Lazer

13. Tem atividade de lazer? () Sim () Não. Qual: _____

14. Você está satisfeito com isso? () Sim () Não. Por que: _____

G. Estressores ambientais e sociais (preconceito e violência)

15. Já ocorreu? () Sim () Não. Frequência: _____

16. Quais os lugares que mais ocorre? () Rua () Casa () Trabalho () Escola ()

Vizinhança Outros: _____

Descreva como ocorrem

_____Como lida com isso?

H. Projetos de vida (sonhos, planos, planejamentos para o futuro...)

I. Expectativas e necessidades

J. Proposta discutida de Terapia Ocupacional

